



**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2018  
(Processo Administrativo nº 23479.007611/2018-03)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa, por meio da Divisão de Compras e Serviços - DICS, sediado(a) sediada na Folha 31 Quadra 07 Lote 100, Nova Marabá, CEP 68507-590, Marabá-PA, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço por grupo**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as

Data da sessão: 19 de setembro de 2018

Horário: 08h40min (horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

Uasg: 158718

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONECTIVIDADE PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE DE TELECOMUNICAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESSPA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será em **ÚNICO GRUPO composto por 38 itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência, *devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem*

**2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

- 2.1. O órgão gerenciador será a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Uasg: 158718).
- 2.2. É órgão participante a Base de Administração e Apoio (CMN – Uasg: 160196)

**3. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

**4. DO CREDENCIAMENTO**

- 4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de “login” e senha pelo interessado.
- 4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

**5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

- 5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
- 5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
  - 5.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
  - 5.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 5.2.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
  - 5.2.4. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, em concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
  - 5.2.5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;



- 5.2.5.1. Tal vedação deve-se pelo fato de que o objeto não apresenta alta complexidade técnica que impossibilite a participação de empresas de forma individual, nem tampouco de grande vulto, não sendo necessária a junção de empresas para sua perfeita execução, ampliando sobremodo a competitividade do certame.
- 5.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 5.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 5.3.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;
- 5.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 5.3.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 5.3.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.3.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 5.3.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.3.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 5.3.8. Que cumpre os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência.

## 6. DO ENVIO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 6.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 6.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.6.1. **Valor unitário e total do item/grupo;**
- 6.6.2. **A Descrição detalhada do objeto, contendo, entre outras, as seguintes informações:**
- 6.6.2.1. **Descrição detalhada do item conforme anexos I e II do deste edital;**
- 6.6.2.2. **Garantia;**
- 6.6.2.3. **Marca/fabricante para os materiais**
- 6.6.2.4. **A relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, indicando o quantitativo e sua especificação;**
- 6.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- 6.8.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.8.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, nos termos do art. 63, §2º da IN 5/2017;
- 6.9. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.



## 7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
  - 7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - 7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
  - 7.5.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário/total do item/grupo.**
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  - 7.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.
- 7.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 7.12. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.15. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.16. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.18. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.19. Só se aplica o sorteio quando houver empate entre as propostas e ausência de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.
- 7.20. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
  - 7.20.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

## 8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:
  - 8.2.1. Contenha vício insanável ou ilegalidade;
  - 8.2.2. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
  - 8.2.3. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.3. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que
  - 8.3.1. Comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos



- insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.3.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 8.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.
- 8.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" o prazo de **04 (quatro) horas** para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.7.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 8.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, **destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.**
- 8.9. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 8.10. O Pregoeiro encaminhará a proposta apresentada ao Departamento Técnico da Unifesspa, que analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;
- 8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.
- 8.11.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.
- 8.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.13. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.14. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.14.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.14.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.15. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## 9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.1.1. SICAF;
- 9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- 9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- 9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- 9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.2. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, e à Qualificação Econômico-Financeira nas condições seguintes:
- 9.3. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**
- 9.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;





- 9.3.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 9.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.3.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.3.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, como determinado pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;
- 9.3.6. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.3.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 9.3.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 9.4. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**
- 9.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante;
- 9.4.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.4.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- 9.4.9. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais/estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.4.10. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 9.5. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**
- 9.5.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 9.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 9.5.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 9.5.3. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:
- $$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
- $$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
- $$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$
- 9.5.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.
- 9.6. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa



- estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10.
- 9.7. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 9.7.1. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no **prazo de 02 (duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 9.8. **As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:**
- 9.8.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 9.8.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 9.8.2.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 9.8.2.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- 9.8.2.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.8.2.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, devendo entregar, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.8.3. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.
- 9.8.3.1. O responsável técnico deverá ser engenheiro eletricista.
- 9.9. O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 9.10. **Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail [licitacao@unifesspa.edu.br](mailto:licitacao@unifesspa.edu.br)**
- 9.10.1. **SOMENTE APÓS SER DECLARADO HABILITADO, o licitante deverá remeter os documentos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 3 (três) dias úteis.**
- 9.10.2. **Dados de envio: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Pró-Reitoria de Administração – Diretoria de Compras, Contratos e Convênios - Caixa Postal 100, Marabá-PA, CEP 68.508-970.**
- 9.10.3. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.10.4. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 9.11. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 9.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.14. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.



- 9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.17. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.18. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

#### **10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
  - 10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
  - 10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
  - 10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
  - 10.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

#### **11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
  - 11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
  - 11.1.2. Apresentar os documentos e informações exigidas no item 8.8 e seus subitens do edital.
  - 11.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
  - 11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

#### **12. DOS RECURSOS**

- 12.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
  - 12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
  - 12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
  - 12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

#### **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

#### **14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



- 14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 14.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

## **15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

- 15.1. Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 15.2. O prazo de vigência da contratação é de ....., contados a partir do (a) ....., prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 15.3. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta "on line" ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 15.3.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 15.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 15.5. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 15.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

## **16. DO REAJUSTE**

- 16.1. O preço é fixo e irredutível.
- 16.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

## **17. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **19. DO PAGAMENTO**

- 19.1. As condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência.

## **20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 20.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 20.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 20.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 20.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

- 21.1. As sanções e penalidades são as estabelecidas no Termo de Referência.





## **22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@unifesspa.edu.br](mailto:licitacao@unifesspa.edu.br), ou por petição dirigida ao Pregoeiro, Divisão de Compras e Serviços – DICS/DCO/PROADI, protocolada no Protocolo Central da Unifesspa, no endereço Folha 31 Quadra 07 Lote 100, Nova Marabá, CEP 68.507-590, Marabá-PA.
- 22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 22.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 23.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 23.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [licitacao@unifesspa.edu.br](mailto:licitacao@unifesspa.edu.br) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida dos Ipês, s/n, Cidade Universitária, Loteamento Cidade Jardim, sem CEP, Marabá-PA, na Divisão de Compras e Serviços – DICS/DCO/PROADI, nos dias úteis, no horário das 8h30min às 11h30min, e das 14h30min às 17h30min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 23.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
  - 23.10.1. ANEXO I - Termo de Referência.
  - 23.10.2. ANEXO II – Especificações Técnicas.
  - 23.10.3. ANEXO III - Planilha de quantitativos.
  - 23.10.4. ANEXO IV – Carta de apresentação da proposta
  - 23.10.5. ANEXO V – Modelo de propostas
  - 23.10.6. ANEXO VI - Minuta de Ata de Registro de Preços.
  - 23.10.7. ANEXO VII - Minuta de Termo de Contrato.

Marabá/PA, 04 de setembro de 2018.

**Dionesia Pereira da Silva**  
**Pregoeiro Unifesspa**  
**Portaria 1.257/2017**



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de conectividade para manutenção e ampliação da infraestrutura de rede de telecomunicações.

2 JUSTIFICAVA DA CONTRATAÇÃO E OBEJTIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Manter disponível bem como ampliar a rede de dados institucional é ação crucial para a continuidade dos serviços prestados pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa, uma vez que esta é o meio disponível para o provimento dos serviços de internet e telefonia.

2.2 Atualmente, a Instituição tem uma demanda reprimida de aproximadamente 250 pontos lógicos, além de novas demandas e necessidades de reparos que decorrem de redimensionamento, deteriorações do tempo, falhas elétricas, entre outros.

2.3 Ademais, os novos prédios que estão em fase final de obra necessitarão de infraestrutura lógica que possibilite, aos agentes administrativos e acadêmicos da Unifesspa, o uso da telefonia VoIP, dos sistemas SIG, e demais facilidades que fornecem subsídios para as atividades administrativas e acadêmicas.

2.4 Adicionalmente, há a necessidade de adequação de infraestrutura para a instalação de câmeras de monitoramento eletrônico, com fins de adequar-se ao estipulado no art. 4º da portaria de número 696/2018 da reitoria da Unifesspa, que estabelece normas de controle de acesso à instituição.

2.5 Cumpre mencionar ainda que a presente solicitação se encontra prevista nos objetivos e ações para o corrente ano, descritos no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC.

2.6 A contratação irá atender ao Planejamento Estratégico da instituição, com referência ao objetivo estratégico do PDI 2014/2018 “OE.03 – Promover Segurança da Informação e Comunicação na Instituição”; bem como está alinhado ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC – 2017/2018), referente à necessidade “NTI001 - manter e ampliar o cabeamento estruturado”.

2.7 Por fim, a contratação de empresa especializada em serviços de cabeamento estruturado, justifica-se pela necessidade de se manter funcional a estrutura atual de pontos lógicos e rede de fibra óptica através de manutenção preventiva e corretiva; bem como a fim de ampliar a rede para espaços redimensionados, prédios recém construídos ou em fase de término da obra.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 DESCRIÇÃO

3.1.1 Serviços de conectividade para manutenção e ampliação da infraestrutura de rede de telecomunicações

3.2 BENS E SERVIÇOS QUE COMPÕEM A SOLUÇÃO

3.2.1 As Especificações Técnicas do (s) item (ns) consta (m) no Anexo II do Edital e são parte integrante do mesmo.

3.2.2 Havendo divergência entre as descrições constantes no CATMAT, CATSER e o TERMO de REFERÊNCIA, prevalecerão as descritas no termo de referência.

3.2.3 Somente serão aceitos materiais novos, sem uso, e em linha de produção;

3.2.4 Os itens demandados pela Base de Administração e Apoio (CMN) deverão ser entregues/realizados em Belém/PA;

3.2.5 Os itens demandados pela Unifesspa deverão ser entregues/realizados em Marabá/PA, exceto quando na descrição do item estiver expresso o local de entrega/realização;

ITEM	DENOMINAÇÃO	CATMAT	Órgão	QTDE.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL REFERÊNCIA (R\$)
1	Instalação e habilitação de pontos lógicos categoria 6	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	700	UN.	227,75	159.425,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	700	UN.	227,75	159.425,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

2	Certificação de pontos lógicos categoria 6	25470	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	1.050	UN.	42	44.100,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	1.050	UN.	42	44.100,00
3	instalação de Painei Distribuidor (Patch Panel) de 24 portas com os conectores R.J-45 cat 6	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	35	UN.	897	31.395,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	35	UN.	897	31.395,00
4	Instalação de cabo óptico monomodo	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	10.000	UN.	26,8	268.000,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	10.000	UN.	26,8	268.000,00
5	Instalação de Distribuidores Interno Óptico (D.I.O.) em rack	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	25	UN.	426,62	10.665,50
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	25	UN.	426,62	10.665,50
6	Instalação de caixa de bloqueio óptico p/ 6 fibras	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	30	UN.	130,97	3.929,10
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	30	UN.	130,97	3.929,10



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

7	Instalação de Rack fechado de 12U de parede	1945	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	30	UN.	350	10.500,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	30	UN.	350	10.500,00
8	Emenda de cabo óptico por meio de Fusão	19690	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	200	UN.	138	27.600,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	200	UN.	138	27.600,00
9	Organização de Rack	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	50	UN.	331,99	16.599,50
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	50	UN.	331,99	16.599,50
10	Abertura/fechamento de caixa de bloqueio	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	20	UN.	117,48	2.349,60
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	20	UN.	117,48	2.349,60
11	Abertura/fechamento de caixa de emenda	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	20	UN.	154,8	3.096,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	20	UN.	154,8	3.096,00





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

12	Abertura e fechamento de DIO	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	20	UN.	264,5	5.290,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	20	UN.	264,5	5.290,00
13	Testes/certificação óptica	25470	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	200	UN.	120,56	24.112,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	200	UN.	120,56	24.112,00
14	Reparo eventual em ponto lógico	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	350	UN.	350	122.500,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	350	UN.	350	122.500,00
15	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO PARA UNIDADES FORA DE MARABÁ: Xinguara.	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	10	UN.	10.125,00	101.250,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	10	UN.	10.125,00	101.250,00
16	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO PARA UNIDADES FORA DE MARABÁ: Santana do Araguaia.	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	10	UN.	10.125,00	101.250,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	10	UN.	10.125,00	101.250,00



17	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO PARA UNIDADES FORA DE MARABÁ: Rondon.	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	10	UN.	10.125,00	101.250,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	10	UN.	10.125,00	101.250,00
18	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO PARA UNIDADES FORA DE MARABÁ: São Félix do Xingu.	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	10	UN.	10.125,00	101.250,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	10	UN.	10.125,00	101.250,00
19	Eletroduto PVC com diâmetro mínimo De ¾" e com condutores, buchas, arruelas, boxes e demais acessórios.	238814	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	200	UN.	52,5	10.500,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	200	UN.	52,5	10.500,00
20	Eletroduto PVC com diâmetro mínimo De 1" e com condutores, buchas, arruelas, boxes e demais acessórios	239999	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	200	UN.	37	7.400,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	200	UN.	37	7.400,00
39	Distribuidor interno óptico (D.I.O.) com mínimo de 12 portas duplex (24 fibras)	125563	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	25	UN.	585	14.625,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	25	UN.	585	14.625,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

40	Eletroduto PVC com diâmetro mínimo de 2" e com conduletes, buchas, arruelas, boxes e demais acessórios	242123	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	50	UN.	32,5	1.625,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	50	UN.	32,5	1.625,00
41	Eletroduto flexível do tipo espiral com diâmetro mínimo de 3/4"	334032	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	500	M	14,99	7.495,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	500	M	14,99	7.495,00
42	Eletrocalhas 50x50 e perfilados com tirantes, vergalhões, abraçadeiras, suspensões e demais acessórios	150449	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	600	UN.	130	78.000,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	600	UN.	130	78.000,00
43	Eletrocalhas 100x50 e perfilados com tirantes, vergalhões, abraçadeiras, suspensões e demais acessórios	343546	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	400	UN.	147,83	59.132,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	400	UN.	147,83	59.132,00
44	Cordão RJ-45/RJ-45 (patch cord ou line cord) comprimento de 1,5M cat 6 UTP	139343	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	1.050	UN.	37	38.850,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	1.050	UN.	37	38.850,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

45	Cordão RJ-45/RJ-45 (patch cord ou line cord) comprimento de 3M cat 6 UTP	139343	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	1.050	UN.	44,8	47.040,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	1.050	UN.	44,8	47.040,00
46	Cabo de Comunicação UTP cat 6 UTP	129763	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	47.000	M.	3,17	148.990,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	47.000	M.	3,17	148.990,00
47	Tomada de Comunicação RJ-45 fêmea Cat 6 U/UTP	35424	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	1.050	UN.	72,5	76.125,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	1.050	UN.	72,5	76.125,00
48	Suporte para Tomada de comunicação	139343	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	1.050	UN.	28,25	29.662,50
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	1.050	UN.	28,25	29.662,50
49	Cabo de comunicação em fibra óptica MONOMODO de fibras 9/125µm - 1310nm com 12 pares (24 fibras):	41521	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	7.000	M	11	77.000,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	7.000	M	11	77.000,00





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

50	Cabo de comunicação em fibra óptica MONOMODO de fibras 9/125µm – 1310nm com 06 pares (12 fibras):	41521	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	3.000	M	7	21.000,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	3.000	M	7	21.000,00
51	Abraçadeira de velcro dupla face 20mm x 3000mm	393276	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	60	UN.	36	2.160,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	60	UN.	36	2.160,00
52	Painel Distribuidor RI-45 (Patch Panel 24 portas CAT 6)	150159	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	35	UN.	879,25	30.773,75
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	35	UN.	879,25	30.773,75
53	Guia de cabo	402069	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	35	UN.	174,33	6.101,55
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	35	UN.	174,33	6.101,55
54	Caixa de bloqueio óptico para 6 fibras	139343	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	30	UN.	150	4.500,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	30	UN.	150	4.500,00



55	Rack de parede 12U (Unidade de Rack – U = 1,75”) com acessórios	125458	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	30	UN.	797,75	23.932,50
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	30	UN.	797,75	23.932,50
56	Régua com doze tomadas	407536	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	20	UN.	90	1.800,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	20	UN.	90	1.800,00
Total							3.642.548,00

### 3.3 PROCEDIMENTOS GERAIS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.3.1 Os serviços devem ser executados de acordo com as seguintes normas:

- EIA/TIA – Versão Atual;
- EIA/TIA 568 C – Práticas de Cabeamento;
- EIA/TIA 569 B – Infra-Estrutura;
- ANSI/EIA/TIA 606 – Administração;
- ANSI/EIA/TIA 607 – Aterramentos;
- EIA/TIA TSB 67 – Procedimentos e Testes;
- EIA/TIA TSB 75 – Procedimentos e Testes;
- ISO/IEC 11801 e 50173 – Cabeamento Estruturado; e
- Normas Técnicas da ABNT 14565 - Cabeamento estruturado para edifícios comerciais e data centers.

3.3.2 As instalações relacionadas à rede local deverão ser executadas de acordo com as normas relacionadas abaixo:

- IEEE 802.3u – Fast Ethernet;
- IEEE 802.3z – Gigabit Ethernet;
- IEEE 802.3ae – 10 Gigabit Ethernet.

### 3.4 REQUISITOS GERAIS

3.4.1 A CONTRATADA deverá ter conhecimento e capacitação técnica para prestar os serviços descritos neste Termo de Referência apresentadas, que poderão ser demandados a qualquer tempo por meio das ordens de serviços, de acordo com a necessidade da Unifesspa no decorrer do contrato, com o objetivo de atender as seguintes necessidades de negócio:

3.4.1.1 Manter a sustentação, integridade e disponibilidade dos serviços de TI prestados aos usuários internos e externos;

3.4.1.2 Aumentar a qualidade dos produtos e serviços de TI oferecidos aos usuários;

### 3.5 REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO

3.5.1 A LICITANTE deverá apresentar Registro na entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia-CREA da jurisdição da empresa, comprovando atividade relacionada ao objeto da licitação, no qual conste como Responsável Técnico pelo menos 01 (um) profissional cadastrado na referida entidade

3.5.1.1 O Profissional requerido será um engenheiro eletricista.

3.5.2 A LICITANTE deverá no mínimo apresentar 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido(s) por empresa(s) de direito público ou privado, em seu nome, em que seja comprovado ter a licitante aptidão para o desempenho das atividades compatíveis com o objeto da licitação, referente à instalação de rede lógica



cabeamento estruturado categorias 5e e 6 e fibra óptica monomodo e multimodo, consoante a este Termo de Referência.

3.5.3 A LICITANTE deverá no mínimo apresentar 01 (uma) Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida(s) pelo CREA, em nome do responsável técnico integrante do seu quadro de pessoal permanente ou profissional contratado, na data prevista para entrega da proposta e durante a execução dos serviços.

### **3.6 REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

3.6.1 A CONTRATADA deverá obedecer aos critérios, padrões, normas e procedimentos operacionais adotados pela Unifesspa;

3.6.2 Manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre os dados processados, assim como, todo e qualquer assunto de interesse da Unifesspa ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste documento devendo orientar seus empregados nesse sentido, reconhecendo serem estes de propriedade exclusiva da Unifesspa, sendo vedada à CONTRATADA sua cessão, locação ou venda a terceiros sem prévia autorização formal;

3.6.3 Responsabilizar pelos materiais, produtos, ferramentas, instrumentos e equipamentos disponibilizados para a execução dos serviços, não cabendo a Unifesspa qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou outros fatos que possam vir a ocorrer;

3.6.4 Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização, por escrito, da Unifesspa;

3.6.5 Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas aos ativos de informação da Unifesspa e as configurações de hardware e de softwares decorrentes;

3.6.6 Firmar TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO com a Unifesspa, estabelecendo o compromisso de que todos os profissionais envolvidos na prestação dos serviços não divulgarão nenhum assunto tratado na execução e gestão do objeto da licitação, bem como sobre todos os ativos de informações e de processos.

3.6.7 Os técnicos da CONTRATADA que participarem de atividades diretamente ligadas ao objeto contratual deverão assinar TERMO DE CIÊNCIA, antes de iniciar suas atividades junto a Unifesspa.

3.6.8 A coleta do TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO e do TERMO DE CIÊNCIA não exime a CONTRATADA das penalidades por violação das regras por parte de seus contratados.

3.6.9 Executar todos os testes de segurança necessários e definidos na legislação pertinente.

3.6.10 Submeter seus recursos técnicos as normas de Segurança da Informação e Comunicações vigentes.

3.6.11 Observar os seguintes procedimentos básicos de segurança:

3.6.11.1 Credenciar, junto a Unifesspa, seus empregados autorizados a realizar serviços;

3.6.11.2 Zelar para que seus funcionários mantenham sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos integrantes dos serviços a serem e executados, inclusive com a assinatura de TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO próprio;

3.6.11.3 Manter os seus profissionais informados quanto às normas disciplinares da Unifesspa, exigindo sua fiel observância, especialmente quanto à utilização e segurança das instalações;

3.6.11.4 Quando do desligamento de profissional da equipe técnica alocada para a execução dos serviços, comunicar a Unifesspa o desligamento para que todos os acessos sejam retirados;

3.6.11.5 Fornecer crachá de identificação da Contratada aos seus empregados, de uso obrigatório nas dependências da Unifesspa.

3.6.12 Responsabilizar-se integralmente pela execução das atividades contratadas, de modo que sejam realizados com esmero e perfeição, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, obedecendo às normas e rotinas da Unifesspa, em especial as que digam respeito à segurança, à confiabilidade e à integridade da rede de dados.

3.6.13 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Unifesspa não exime a Contratada de total responsabilidade pela perfeita execução dos serviços

### **3.7 GARANTIA**

3.7.1 O Período de Garantia dos serviços será aquele indicado pela Contratada em sua proposta comercial, observando-se o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO dos serviços, devendo cobrir integralmente todos os serviços, bem como os materiais por ela empregados, substituindo os defeituosos, com vista ao fiel cumprimento do objeto da licitação.

3.7.2 Toda e quaisquer despesas, decorrentes da execução dos serviços de garantia descritos neste documento, inclusive as substituições de materiais e/ou seus componentes, ficarão inteiramente a cargo da Contratada.

## **4 RESULTADOS ESPERADOS**

4.1 Construção de infraestrutura de cabeamento para atender novos prédios;

4.2 Manutenção da estrutura de rede de comunicação de dados nos campi e unidades fora de sede da Unifesspa, em conformidade com as normas e padrões tecnológicos mais atuais;

## **5 ESTIMATIVA DE PREÇO**

5.1 Com vista a apoiar a análise de viabilidade foi procedida a pesquisa de mercado. A pesquisa de preço foi realizada com base na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 27 DE JUNHO DE 2014, e suas alterações, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.



5.2 Os documentos comprobatórios da pesquisa encontram-se anexo a este documento, e são parte integrante do mesmo.

5.3 A pesquisa de mercado foi realizada mediante a utilização, de forma combinada, dos seguintes parâmetros:

5.3.1 Consulta ao Pannel de Preços disponível no endereço eletrônico <<http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>>; bem como ao portal <[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)>, visando a análise de preços praticados em licitações no âmbito federal, o que reflete a realidade dos preços praticados em licitações públicas.

5.3.2 Os demais foram obtidos em sítios eletrônicos especializados, bem como através de consulta a fornecedores que atuam no ramo da contratação, o que mostra a realidade dos preços praticados no mercado geral.

5.4 O Valor Médio Estimado da Contratação é de R\$ 3.642.548,00 (Três milhões seiscentos e quarenta e dois mil quinhentos e quarenta e oito).

## **6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

6.1 Registro na entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia-CREA da jurisdição da empresa, comprovando atividade relacionada ao objeto da licitação, no qual conste como Responsável Técnico 01 (um) profissional cadastrado na referida entidade. O profissional requerido será o engenheiro eletricista.

6.2 A LICITANTE deverá no mínimo apresentar 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido(s) por empresa(s) de direito público ou privado, em seu nome, em que seja comprovado ter a licitante aptidão para o desempenho das atividades compatíveis com o objeto da licitação, referente à instalação de rede lógica cabeamento estruturado categoria 6 e fibra óptica monomodo e multimodo, consoante a este Termo de Referência.

6.3 A LICITANTE deverá no mínimo apresentar 01 (uma) Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida(s) pelo CREA, em nome do responsável técnico integrante do seu quadro de pessoal permanente ou profissional contratado, na data prevista para entrega da proposta e durante a execução dos serviços.

## **7 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1 A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 c/c art. 4º do Decreto nº 5.450/2005. Vide item 2.7 do ANEXO V da IN SEGES/MP nº 05/2017.

7.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **8 JUSTIFICATIVA DE AGRUPAMENTO**

8.1 Visando acudir o maior número de interessados em participar da licitação sem prejudicar o ganho da aquisição em escala, considerando que a exagerada divisão de objeto pode maximizar a influência de fatores que contribuem para tornar mais dispendiosa a contratação, optou-se pela divisão deste certame em LOTE ÚNICO, respeitando a ampla competição e conforme previsto no art. 23 §§ 1º e 2º da Lei nº 8666/93, Súmula nº 247 do TCU e Acórdãos do TCU nº 786/2006 e 116/2006. Além disso, o agrupamento dos itens permitirá melhores condições de garantia pelos serviços prestados.

## **9 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União a cargo da Unifesspa, UG: 158718 para o ano de 2018, cujos programas de trabalho e elemento de despesas Específicas constarão na respectiva Nota de Empenho;

## **10 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO**

10.1 O prazo de execução dos serviços será definido nas Ordens de Serviço (O.S.) para a execução do objeto.

10.2 Os prazos de execução dos serviços terão início a partir da emissão de uma Ordem de Serviço (O.S.) pela Unifesspa, devendo ocorrer em conformidade com as quantidades contratadas na O.S. e de acordo com o projeto de instalação que será fornecido pela Unifesspa, bem como com as especificações estabelecidas no Edital e Anexos.

10.3 Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até (08.) dias, a verificação dos serviços executados, consoante critérios e especificações previstas neste documento e seus anexos, para fins de recebimento provisório.

10.3.1 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

10.4 A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de fiscalização técnica designada, acompanhados dos profissionais encarregados, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

10.4.1 Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

10.4.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais





empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

10.5 Para fins de recebimento definitivo pelo gestor do contrato, será elaborado relatório circunstanciado pela fiscalização contratual contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários.

10.6 O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado, em até (15) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

10.6.1 O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

10.6.2 O gestor, após emissão de termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, comunicará à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na medição realizada e ratificada.

10.6.3 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 4.6 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o retardamento não se opere por culpa da Contratada.

10.6.4 O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

10.7 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1 Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, conforme o disposto no art. 30 da Instrução Normativa n. 04 de 11 de setembro de 2014 da SLTI/MP;

11.2 Encaminhar formalmente a demanda, por meio de Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico, observando-se o disposto no arts. 19 e 33 da Instrução Normativa n. 04 de 11 de setembro de 2014 da SLTI/MP;

11.3 Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas, observando o disposto no art. 21 da Instrução Normativa n. 04 de 11 de setembro de 2014 da SLTI/MP;

11.4 Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços;

11.5 Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

11.6 Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;

11.7 Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

11.8 Providenciar as assinaturas pela CONTRATADA no Termo de Compromisso de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança e no Termo de Ciência da Declaração de manutenção de sigilo;

11.9 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.10 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.11 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.12 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

11.13 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.14 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.15 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.16 Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.17 Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

11.17.1 "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;



11.17.2 a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

## **12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados

12.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

12.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.6 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;

12.7 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

12.8 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

12.9 Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

12.10 Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

12.11 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

12.12 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato ou instrumento equivalente, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.13 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

12.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.15 Manter durante toda a vigência do contrato ou instrumento equivalente, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato ou instrumento equivalente;

12.17 Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato ou instrumento equivalente com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

12.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.19 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

12.20 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.21 Comunicar ao Fiscal do contrato ou instrumento equivalente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.22 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.23 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.24 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

12.25 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato ou instrumento equivalente.

12.26 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);



12.27 Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.28 Assegurar à CONTRATANTE, nos termos do artigo 19, inciso XVI, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008:

12.28.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.28.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato ou instrumento equivalente, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.28.3 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.28.4 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.28.5 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.28.6 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de instalação, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante.

12.28.7 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

12.29 Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

12.30 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.31 Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

## **13 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

### **13.1 INÍCIO DO CONTRATO**

13.1.1 Após à assinatura do contrato será marcada a reunião inicial e alinhamento, a qual ocorrerá 1 semana após a assinatura do contrato. Nesta reunião serão alinhados os entendimentos e expectativas da CONTRATADA E CONTRATANTE.

13.1.2 Na reunião inicial será definida a data para o início das atividades que corresponde ao início da execução contratual, ou seja, prestação dos serviços.

### **13.2 MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

13.2.1 Ordens de Serviço (OS);

13.2.2 Plano de Inserção;

13.2.3 Termos de Recebimento;

13.2.4 Chamado registrado na Central de Atendimento;

13.2.5 Ofícios;

13.2.6 Relatórios e Atas de Reunião;

13.2.7 Demais Termos previstos no instrumento convocatório.

### **13.3 FISCALIZAÇÃO**

13.3.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.



13.3.2 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.3.4 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.5 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.3.6 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.7 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.8 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **13.4 TESTES E MEDIÇÕES**

13.4.1 Para garantir a qualidade dos cabos e serviços executados, a Contratada deverá executar os seguintes testes e medições nas fibras ópticas:

13.4.1.1 Teste de enlace: para avaliar a integridade das fibras, se há inversão de fibras, fibras quebradas ou fibras trincadas e a atenuação causada por emendas, conectores e pela distância e;

13.4.1.2 Teste de potência óptica: para verificar a diferença da potência emitida e da recebida, mantendo o registro dos testes realizados para controle da Unifesspa.

13.4.2 Todos os testes deverão ser feitos utilizando OTDR, entre os pontos finais de emendas, quais sejam: o Distribuidor Geral Óptico – DGO ou terminador óptico do prédio em questão (ponto A) e o DGO ou terminador óptico final do enlace, onde a outra ponta da fibra está conectada (ponto B). Devem estar previstos os testes por enlaces intermediários e a apresentação do plano de emendas, caso existam.

13.4.3 Todos os testes deverão ser feitos em todas as fibras conectadas ao DGO nos dois sentidos, do ponto A para o ponto B e vice-versa e também para as fibras de backbone.

13.4.4 Todos os testes deverão ser executados na janela 1310 nm e 1550 nm, devendo ser gravados em mídia eletrônica, identificando perfeitamente o número da fibra, a rota de A para B e a rota de B para A. Esses dados devem ser apresentados em forma de relatório a fim de espelhar as medidas efetuadas em campo de forma clara e concisa. Esses relatórios devem ser entregues, impressos e em mídia eletrônica, sempre após a conclusão dos testes e medições no acesso para abordagem de um prédio e/ou nas adequações no backbone.

13.4.5 Para os serviços de instalação e readequação de infraestrutura de cabeamento lógico estruturado deverão ser efetuados todos os testes necessários para comprovar que as instalações estão em condição de funcionar corretamente e de acordo com as especificações e normas estabelecidas.

13.4.6 Após a conclusão de cada teste, deverão ser emitidos certificados de garantia e entregues à contratante em papel e mídia.

13.4.7 Nos certificados de garantia para instalação lógica deverão ter pelo menos os seguintes itens;

- Near End Crosstalk (NEXT),
- Far End Crosstalk (FEXT),
- Attenuation, Delay skew,
- Structural Return Loss (SRL).

13.4.8 Todos os serviços a serem executados nos clientes deverão ser acompanhados por um supervisor técnico da CONTRATADA devidamente certificado pelo CREA nas áreas de atuação.

#### **14 DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### **15 SANÇÕES APLICÁVEIS**

15.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração automaticamente:

- Por decurso de prazo de vigência.
- Quando não restarem fornecedores registrados.





- Pela Unifesspa, quando caracterizado o interesse público.

15.2 O licitante que causar o retardamento do andamento do certame, não mantiver a proposta, desistir do lance ofertado, fraudar de qualquer forma o procedimento desta Licitação; ou o vencedor que, convocado dentro do prazo de validade da proposta, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, não assinar a Ata, não mantiver a proposta, falhar ou frustrar a execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às seguintes penalidades, segundo a extensão da falta cometida, com observância do direito à prévia defesa:

Ocorrência	Penalidades que poderão ser aplicadas
Não retirar a nota de empenho.	1. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 2 (dois) anos. 2. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
Entregar o objeto fora do prazo estabelecido.	3. Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não fornecido, limitada a 20 (vinte) dias após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
Não efetuar a troca do objeto, quando notificado.	4. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 1 (um) ano. 5. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
Substituir o objeto fora do prazo estabelecido.	6. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não substituído, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
Deixar de entregar documentação exigida neste Termo.	7. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste pelo período de 1 (um) ano. 8. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho/valor total estimado para o item ou lote.
Não mantiver a proposta ou desistir do lance.	9. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste pelo período de 1 (um) ano. 10. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
Comportar-se de modo inidôneo.	11. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste pelo período de 2 (dois) anos. 12. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
Fizer declaração falsa.	13. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste pelo período de 2 (dois) anos. 14. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
Apresentar documentação falsa	15. Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos. 16. Multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato/nota de empenho. 17. Comunicar ao Ministério Público Federal.
Cometer fraude fiscal.	18. Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos. 19. Multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato/nota de empenho. 20. Comunicar ao Ministério Público Federal.

15.3 Na hipótese de a multa atingir o percentual de 10 % (dez por cento) sobre o valor da Ata, a Unifesspa poderá proceder a rescisão unilateral da Ata, hipótese em que a empresa fornecedora também se sujeitará às sanções administrativas previstas neste Edital.

15.4 As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela Unifesspa ou cobradas diretamente da empresa penalizada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas.

15.5 Na ocorrência de falha maior poderá também ser aplicada a penalidade de Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



15.6 A defesa a que alude o caput deste item deverá ser exercida pelo interessado no respectivo processo no prazo de 5(cinco) dias úteis a contar da sua notificação, podendo ocorrer a juntada de documentos e serem arroladas até 03 (três) testemunhas.

15.7 Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da Unifesspa que deverá examinar a legalidade da conduta da empresa.

15.8 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Unifesspa, conforme procedimento esboçado no subitem anterior, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

15.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e no caso de impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, na Ata e nas demais cominações legais.

## 16 DO PAGAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado

16.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3 A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008.

16.4 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

16.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.6 Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.7 Não produziu os resultados acordados;

16.8 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.9 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.10 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.11 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.12 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.14 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.16 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

16.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.18 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.19 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



**EM=I×N×VP**, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

**I=(TX) I=(6÷100)365**

**I=0,00016438**

**TX=Percentual da taxa anual=6%**



ANEXO II  
ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

ANEXO II  
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. **Item 1: Instalação e habilitação de pontos lógicos categoria 6:** consiste no lançamento de cabos de rede UTP categorias 6, a partir do rack (salas técnicas) até a estação de trabalho ou outro local indicado pelo contratante, incluindo a conectorização, ativação (utilizando-se de *patch cord* para interconectar do *patch panel* para o ativo do *rack*), identificação e certificação. Deverá ser utilizada a infraestrutura (tubulação ou eletrocalha) existente. Em locais onde não há infraestrutura, ela deverá ser criada pela licitante vencedora, os pontos feitos deverão estar devidamente acomodados no *rack* de maneira a facilitar o manuseio posterior, sendo passados por organizadores já existentes, caso não exista organizadores no *rack*, o mesmo deve ser fornecido pela contratada.
2. **Item 2: Certificação de pontos lógicos:** As certificações devem ser feitas com equipamento *Scanner* obedecendo as recomendações da norma EIA/TIA 568-B (B.1 e B.2), que definem os parâmetros de: *Wiremap*, Comprimento, Atenuação (Perda por Inserção), Diafonia NEXT (*Near End Crosstalk*) – Paradiafonia FEXT (*Far End Crosstalk*) – Telediafonia, ACR (*Attenuation to Crosstalk Ratio*) ACRN (*Attenuation to Crosstalk Ratio Near End*) ACRF (*Attenuation to Crosstalk Ratio Far End*), Powersum PS NEXT (*Powersum NEXT*), PS FEXT (*Powersum FEXT*), PS ACRN (*Powersum ACRN*), PS ACRF (*Powersum ACRF*), Perda de retorno, Atraso na propagação, Diferença de atraso de propagação (*Delay Skew*), NVP (*Nominal Velocity Propagation*). Só serão aceitos os pontos lógicos que passarem no teste, os resultados devem ser entregues em formato digital com extensão de arquivo PDF.
3. **Item 3: Instalação de Painel Distribuidor (Patch Panel) de 24 portas com os conectores RJ-45 cat 6:** Consiste na instalação de *patch panel* de 24 portas com conectores RJ-45 fêmea categorias 6 no rack de distribuição de cabeamento existente nas Salas Técnicas ou outro lugar indicado pelo CONTRATANTE.
4. **Item 4: Instalação de cabo óptico monomodo até 24 FO:** Consiste na instalação de cabo óptico nos locais definidos pela CONTRATANTE, utilizando a infraestrutura existente e criando nova infraestrutura em locais onde ela não existir.
5. **Item 5: Instalação de Distribuidores Interno Óptico (D.I.O.) em rack:** Consiste na instalação de Distribuidores Internos Ópticos no topo dos racks de distribuição do cabeamento, localizados nas salas técnicas, a indicação dos mesmos deve ser feita pela CONTRATANTE.
6. **Item 6: Instalação de caixa de bloqueio óptico p/ 6 fibras:** Consiste na instalação de caixa de bloqueio óptico, localizados nas salas técnicas, a indicação dos mesmos deve ser feita pela CONTRATANTE.
7. **Item 7: Instalação de Rack fechado de 12U de parede:** Fixação de Rack fechado 12U's em parede, contendo todos os itens necessários para fixação. Em alguns casos, será necessário algum suporte extra do tipo mão francesa para sustentação do Rack na parede, em comum acordo entre a CONTRATADA e o fiscal do CTIC.
8. **Item 8: Emenda de cabo óptico por meio de fusão:** Consiste na emenda feita nos cabos ópticos por meio do processo de fusão das fibras ópticas com equipamento específico (Máquina de Emenda Óptica), que após o término da fusão, realiza (em operação separada) a cobertura da emenda, feito de tubo cilíndrico termocontrátil transparente com elemento metálico em aço inoxidável, que tem a finalidade de garantir o reforço mecânico das emendas, acomodadas na caixa de emenda, evitando quebras e fraturas. Consiste na emenda por acoplamentos de conectores (conectorização) nos D.I.O's (Distribuidores Interno Óptico).
9. **Item 9: Organização de Rack:** Consiste na organização dos racks de distribuição do cabeamento, com fornecimento de guias de cabo horizontal 1U (organizadores de cabos), novos *patch cords* de acordo com a necessidade, velcro e redução do comprimento de *patch cord* ou colocando *patch cord* maiores de acordo com a necessidade, realizando nova identificação de todos os pontos lógicos do rack (salas técnicas) até a estação de trabalho ou outro lugar indicado pela CONTRATANTE.
10. **Item 10: Abertura/fechamento de caixa de bloqueio:** Consiste na manutenção ou ampliação de conectividade, usando para tal a abertura e posterior fechamento da caixa de bloqueio, executando fusões de fibra, conforme indicadas pelo CONTRATANTE, além de terminações de fibras vindas de DIO's para interconexão com outros prédios.
11. **Item 11: Abertura/fechamento de caixa de emenda:** Consiste na manutenção ou ampliação de conectividade, usando para tal a abertura e posterior fechamento da caixa de emenda, executando fusões de fibra, conforme indicadas pelo CONTRATANTE.
12. **Item 12: Abertura/fechamento de DIO:** Consiste na manutenção ou ampliação de conectividade, usando para tal a abertura e posterior fechamento do DIO, executando fusões de fibra, conforme indicadas pelo CONTRATANTE.
13. **Item 13: Testes/certificação óptica:** Todas as fibras deverão ser certificadas, sendo que os testes de aceitação, serão realizados conforme as normas e padrões aplicáveis a testes de cabos de fibra óptica, a medida da atenuação da fibra ou do cabo deve ser feita usando um OTDR.
14. **Item 14: Reparo eventual em ponto lógico:** O reparo de ponto lógico danificado (entende-se como ponto



lógico, todos os itens que o compõem desde a estação de trabalho até a *rack* ou salas técnicas) pode conter todos os itens descritos abaixo ou apenas alguns, dependendo da avaliação da equipe técnica da contratante, podendo ser necessária, a troca de tomada fêmea, *patch panel*, *patch cord*, relançamento de cabo UTP categoria 6, identificação, refazer infraestrutura (eletroduto, eletrocalha, e demais acessórios necessários para tal) do *rack* ou sala técnicas até a área de trabalho. Será considerado um ponto lógico danificado, em caso de tomada fêmea danificada, estrutura de eletroduto ou eletrocalha danificada, ponto lógico inoperante. O ponto reparado deve ser entregue devidamente certificado conforme item 2 desde edital.

15. **Item 15: Mobilização e desmobilização para unidades fora de marabá: Xinguara-PA:** Compreende os custos com deslocamento para a cidade de Xinguara, especificamente para o Instituto de Estudos do Trópico Úmido- IETU. Para que se possa incluir o custo com deslocamento a Ordem de Serviço deverá ter o valor de no mínimo R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).
16. **Item 16: Mobilização e desmobilização para unidades fora de marabá: Santana do Araguaia-PA:** Compreende os custos com deslocamento para a cidade de Santana do Araguaia - PA, especificamente para o Instituto de Engenharia do Araguaia - IEA Para que se possa incluir o custo com deslocamento a Ordem de Serviço deverá ter o valor de no mínimo R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).
17. **Item 17: Mobilização e desmobilização para unidades fora de marabá: Rondon do Pará-PA:** Compreende os custos com deslocamento para a cidade de Rondon do Pará-PA, especificamente para o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA. Para que se possa incluir o custo com deslocamento a Ordem de Serviço deverá ter o valor de no mínimo R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).
18. **Item 18: Mobilização e desmobilização para unidades fora de marabá: São Félix de Xingu:** Compreende os custos com deslocamento para a cidade de São Félix do Xingu, especificamente para o Instituto de Estudos do Xingu – IETU. Para que se possa incluir o custo com deslocamento a Ordem de Serviço deverá ter o valor de no mínimo R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).
19. **Item 19. Eletroduto PVC com diâmetro mínimo de ¾" e com condutes, buchas, arruelas, boxes e demais acessórios:** Eletroduto de PVC com diâmetro mínimo de ¾", roscável, tipo leve, em barra de 3 metros, com luvas e curvas de raio longo (raio igual ou superior a dez vezes o seu diâmetro interno), com conexões, condutes, abraçadeiras, parafusos, buchas e demais acessórios, com acabamento esmaltado. **Aplicação:** Constituição de infraestrutura de tubulações embutidas ou aparentes para passagem de cabos de comunicação.
20. **Item 20: Eletroduto PVC com diâmetro mínimo de 1" e com condutes, buchas, arruelas, boxes e demais acessórios:** Eletroduto de PVC com diâmetro mínimo de 1", roscável, tipo leve, em barra de 3 metros, com luvas e curvas de raio longo (raio igual ou superior a dez vezes o seu diâmetro interno), com conexões, condutes, abraçadeiras, parafusos, buchas e demais acessórios, com acabamento esmaltado. **Aplicação:** Constituição de infraestrutura de tubulações embutidas ou aparentes para passagem de cabos de comunicação.
21. **Item 39. Distribuidor interno óptico (D.I.O.) com mínimo de 12 portas duplex (24 fibras):** Distribuidor óptico para até 24 fibras para Rack de 19". Deverá ter a função de acomodar e proteger as emendas de transição entre o cabo ótico e as extensões óticas. Ser compatível com os adaptadores óticos LC Duplex. Deve possuir altura (1U) e ser compatíveis com o padrão 19". Deve possuir áreas de armazenamento de excesso de fibras, acomodação e emenda, que devem estar internos à estrutura (conferindo maior segurança ao sistema). Deve ser fornecido com bandejas de acomodação de emendas em material plástico e todos os acessórios necessários para a realização de fusão. Ser fornecido com os *pigtails* e adaptadores óticos. Ser fabricado em aço SAE 1020. Deve utilizar pintura do tipo epóxi de alta resistência a riscos. Deve possuir gaveta deslizante com sistema de trilhos para facilitar a manutenção/instalação e trabalhos posteriores sem retirá-los do rack. Deve possuir painel frontal articulável, permitindo o acesso aos cordões sem expor as fibras conectorizadas internamente. Deve possibilitar terminação direta ou fusão, utilizando um mesmo módulo básico. Os adaptadores óticos devem estar dispostos de forma angular em relação a frente do DIO, permitindo assim uma maior organização dos cordões.
22. **Item 40: Eletroduto PVC com diâmetro mínimo de 2" e com condutes, buchas, arruelas, boxes e demais acessórios:** Eletroduto de PVC com diâmetro mínimo de 2", roscável, tipo leve, em barra de 3 metros, com luvas e curvas de raio longo (raio igual ou superior a dez vezes o seu diâmetro interno), com conexões, condutes, abraçadeiras, parafusos, buchas e demais acessórios, com acabamento esmaltado. **Aplicação:** Constituição de infraestrutura de tubulações embutidas ou aparentes para passagem de cabos de comunicação.
23. **Item 41. Eletroduto flexível do tipo espiral com diâmetro mínimo de ¾":** Eletroduto flexível espiralado, fabricado em *monômetro* de alta constante dielétrica. Cor Branca ou preta. **Aplicação:** Acabamento e proteção dos cabos de comunicação aparentes até a entrada nos eletrodutos/eletrocalhas e componentes.
24. **Item 42. Eletrocalhas 50x50 e perfilados com tirantes, vergalhões, abraçadeiras, suspensões e demais acessórios:** Tipo: Em chapa galvanizada, com três divisões no mínimo, com tampa de pressão quando aparente ou *aparafusada* quando sobre o forro e conforme indicado, acabamento a fogo, acessórios de conexão tipo curva horizontal, curva vertical, "T", derivação, redução concêntrica, etc.,. **Aplicação:** Suportes para cabos dos circuitos de comunicação, sobre o forro e aparente (quando necessário).
25. **Item 43. Eletrocalhas 100x50 e perfilados com tirantes, vergalhões, abraçadeiras, suspensões e demais acessórios:** Tipo: Em chapa galvanizada, com tampa de pressão quando aparente ou *aparafusada* quando sobre o forro e **conforme** indicado, acabamento a fogo, acessórios de conexão tipo curva horizontal,





curva vertical, "T", derivação, redução concêntrica, etc... **Aplicação:** Suportes para cabos dos circuitos de comunicação, sobre o forro e aparente (quando necessário).

26. **Item 44. Cordão RJ-45/RJ-45 (patch cord ou line cord) cat 6 UTP, 1,5M:** Patch Cord para manobra na Sala de Telecomunicações. Comprimento: 1,5 metros para manobra nos racks, para interconexão entre equipamentos ativos e *patch panel*. Possuir Certificação UL ou ETL LISTED. Possuir Certificação ETL VERIFIED. Deve ter duas certificações Anatel **conforme** regulamento da entidade: a do cabo flexível conforme classe de flamabilidade e do cordão de manobra. Deve cumprir com os requisitos quanto à taxa máxima de compostos que não agredam ao meio ambiente conforme a norma RoHS. Deve possuir certificação de canal para 6 conexões por laboratório de 3a. Parte ETL. Deverão ser montados e testados em fábrica, com garantia de performance. O acessório deve ser confeccionado em cabo par trançado, UTP Categoria 6 (*Unshielded Twisted Pair*), 24 AWG x 4 pares, composto por condutores de cobre flexível, multifilar, isolamento em poliolefina e capa externa em material não propagante a chama, conectorizados à RJ-45 macho Categorias 6 nas duas extremidades, estes conectores (RJ-45 macho), devem atender às especificações contidas na norma ANSI/TIA/EIA-568-C.2 Categoria 6, ter corpo em material termoplástico de alto impacto não propagante a chama que atenda a norma UL 94 V-0 (flamabilidade), possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 µm de níquel e 1,27 µm de ouro, para a proteção contra oxidação. Deve possuir classe de flamabilidade mínima CM ou LSZH. O Cabo utilizado deve apresentar Certificação ETL em conformidade com a norma ANSI/TIA/EIA-568-C.2 CATEGORIA 6 (*stranded cable*). Deve possuir capa protetora do mesmo dimensional do RJ-45 *plug* e proteção à lingueta de travamento. Esta capa protetora deve ajudar a evitar a curvatura excessiva do cabo em movimentos na conexão bem como proteger o pino de destravamento dos conectores contra enroscamentos e quebras;
27. **Item 45. Cordão RJ-45/RJ-45 (patch cord ou line cord) cat 6 UTP, 3M:** Patch Cord para interligação entre a "tomada lógica" e a "estação de trabalho". Comprimento: 3 metros para ligação dos equipamentos às tomadas. Possuir Certificação UL ou ETL LISTED. Possuir Certificação ETL VERIFIED. Deve ter duas certificações Anatel **conforme** regulamento da entidade: a do cabo flexível conforme classe de flamabilidade e do cordão de manobra. Deve cumprir com os requisitos quanto à taxa máxima de compostos que não agredam ao meio ambiente conforme a norma RoHS. Deve possuir certificação de canal para 6 conexões por laboratório de 3a. Parte ETL. Deverão ser montados e testados em fábrica, com garantia de performance. O acessório deve ser confeccionado em cabo par trançado, UTP Categoria 6 (*Unshielded Twisted Pair*), 24 AWG x 4 pares, composto por condutores de cobre flexível, multifilar, isolamento em poliolefina e capa externa em material não propagante a chama, conectorizados à RJ-45 macho Categorias 6 nas duas extremidades, estes conectores (RJ-45 macho), devem atender às especificações contidas na norma ANSI/TIA/EIA-568-C.2 Categoria 6, ter corpo em material termoplástico de alto impacto não propagante a chama que atenda a norma UL 94 V-0 (flamabilidade), possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 µm de níquel e 1,27 µm de ouro, para a proteção contra oxidação. Deve possuir classe de flamabilidade mínima CM ou LSZH. O Cabo utilizado deve apresentar Certificação ETL em conformidade com a norma ANSI/TIA/EIA-568-C.2 CATEGORIA 6 (*stranded cable*). Deve possuir capa protetora do mesmo dimensional do RJ-45 *plug* e proteção à lingueta de travamento. Esta capa protetora deve ajudar a evitar a curvatura excessiva do cabo em movimentos na conexão bem como proteger o pino de destravamento dos conectores contra enroscamentos e quebras;
28. **Item 46. Cabo de Comunicação UTP cat 6 UTP:** Possuir certificado de performance elétrica (VERIFIED) pela UL ou ETL, conforme especificações da norma ANSI/TIA-568-C.2 CATEGORIA 6. O cabo utilizado deverá possuir certificação Anatel, conforme definido no Ato Anatel número 45.472 de 20 de julho de 2004, impressa na capa externa. Deve atender ao código de cores especificado abaixo: par 4: marrom-branco, com uma faixa marrom (stripe) no condutor branco. Par 3: verde-branco, com uma faixa verde (stripe) no condutor branco. Par 2: laranja-branco, com uma faixa laranja (stripe) no condutor branco. Par 1: azul-branco, com uma faixa azul (stripe) no condutor branco. Possuir impresso na capa externa nome do fabricante, marca do produto, e sistema de rastreabilidade que permita identificar a data de fabricação dos cabos. Deve possuir classe de flamabilidade mínima CM ou LSZH. O cabo deverá ser fornecido em bobinas do tipo RIB (reel in a box). Deverá ser apresentado através de catálogos ou proposta técnica de produto do fabricante, testes das principais características elétricas em transmissões de altas velocidades (valores típicos) de ATENUAÇÃO (dB/100m), NEXT (dB), PSNEXT(dB), RL(dB), ACR(dB), para frequências de 100, 200, 250 e 500Mhz.
29. **Item 47. Tomada de Comunicação RJ-45 fêmea Cat 6 U/UTP:** Possuir Certificação UL ou ETL LISTED Possuir Certificação ETL VERIFIED. Ter corpo em material termoplástico de alto impacto não propagante a chama que atenda a norma UL 94 V-0 (flamabilidade). Possuir protetores 110IDC traseiros para as conexões e tampa de proteção frontal (dust cover) removível e articulada com local para inserção, (na própria tampa), do ícone de identificação. Possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 µm de níquel e 1,27 µm de ouro. Keystone compatível para as terminações T568A e T568B, segundo a ANSI/TIA/EIA-568-C.2. Possuir terminação do tipo 110 IDC (conexão traseira) estanhados para a proteção contra oxidação e permitir inserção de condutores de 22 AWG a 26 AWG. Suportar ciclos de inserção, na parte frontal, igual ou superior a 750 (setecentas e cinquenta) vezes com conectores RJ-45 e 200 inserções com RJ11. Identificação da Categoria gravado na parte frontal do conector. O produto deve cumprir com os requisitos quanto a taxa máxima de compostos que não agredam ao meio ambiente conforme a diretiva RoHS.
30. **Item 48. Suporte para Tomada de Comunicação:** Dependendo da necessidade, deverá ser de um dos seguintes tipos: Placa 4x2" para suporte de um, dois ou quatro módulos RJ-45 em instalação aparente ou embutida. Tampa de condutele para suporte de um ou dois módulos RJ-45. Caixa de sobrepor para suporte de um, dois ou quatro módulos RJ-45 instalados em tomada multiusuária. **Aplicação:** Fixação e



suporte para as tomadas de comunicação para constituição dos pontos de saída.

31. **Item 49. Cabo de comunicação em fibra óptica MONOMODO de fibras 9/125µm – 1310nm com 24 pares (12 fibras):** Fibras do tipo Monomodo. A fibra aplicada nestes produtos deverá ser sempre no padrão G.652d, com a banda do pico d'água disponível para transmissão, permitindo aplicação futuras em CWDM. Devem estar de acordo com a norma TIA/EIA 568B.3, e devem cumprir com FOCIS-10. Devem ser 100% testados em Fábrica. Devem incluir tampas de proteção tanto frontal como posterior para as posições não utilizadas. Deverá ser entregue, junto com a entrega dos cabos, relatórios de testes do lote do cabo usado no projeto, contendo os seguintes dados e resultados dos seguintes parâmetros: Código do Produto, Data dos Testes, Atenuação em dB/km de cada fibra do cabo para os comprimentos de onda de 1310nm e 1550nm, ou ainda ser entregue código para consulta destes parâmetros pela internet através de codificação única que mostre os resultados de testes do lote do cabo utilizado. Devem estar de acordo com a diretiva RoHS 2002/95/EC. Os parâmetros mínimos de temperatura que a fibra óptica deve suportar sem que sua operação e rendimento sejam afetados deve ser entre -20 °C e +65 °C. O fabricante deverá contar com certificação ISO 9001 e ISO 14001 vigente.
32. **Item 50. Cabo de comunicação em fibra óptica MONOMODO de fibras 9/125µm – 1310nm com 6 pares (12 fibras):** O cabo de fibra óptica monomodo deverá possuir 08 fibras com diâmetro 9/125 µm. Deverá possuir atenuação dB/km (1310nm) < ou igual a 0.4 e atenuação dB/km (1550nm) < ou igual a 0.3.
33. **Item 51. Abraçadeira de velcro dupla face 20mm x 3000mm:** Fornecida em rolos de 3 metros de comprimento, por 2 cm de largura. Aplicação: Organizar os cabos em ambientes de cabeamento estruturado.
34. **Item 52. Pannel Distribuidor RJ-45 (Patch Panel 24 portas Cat.6):** Deve atender os requisitos estabelecidos nas normas para CAT.6 / Classe E. Performance garantida para até 6 conexões em canais de até 100 metros. Corpo *fabricado* em termoplástico de alto impacto não propagante à chama (UL 94 V-0). 24 ou 48 posições RJ-45. Pannel frontal em plástico com porta etiquetas para identificação. Terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG. Vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 µm de níquel e 1,27 µm de *ouro*. Possuir borda de reforço para evitar empenamento. Fornecido com parafusos e arruelas para fixação. Fornecido com ícones de identificação (ícones na cor azul e ícones na cor vermelha) e velcros para organização. Instalação direta em racks de 19". Atender FCC part 68.5 (EMI - Indução Eletromagnética). Fornecido com guia traseiro para melhor organização dos cabos. Conter identificação da categoria e RoHS *Compliant* em um ícone verde à esquerda do pannel frontal.
35. **Item 53. Guia de cabo 1U:** *Confeccionado em aço; acabamento em pintura epóxi de alta resistência a riscos na cor preta; PRODUTO resistente e protegido contra corrosão, para as condições especificadas de uso em ambientes internos (EIA – 569); largura de 19", conforme requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-310D; possuir tampa metálica removível;*
36. **Item 54. Caixa de bloqueio óptico para 6 fibras:** Possuem quatro acessos, limitados ao diâmetro útil de 13mm para entrada de cabos e/ou extensões ópticas. Possui dimensões reduzidas. Fornecido com todos os materiais auxiliares necessários para sua montagem. Fornecido em caixa metálica. Capacidade máxima de emenda de 06 fibras.
37. **Item 55. Rack de parede 12U (Unidade de Rack – U = 1,75") com acessórios:** Estrutura monobloco com teto, base e fundo confeccionadas em chapa de aço SAE 1020, (#20, espessura 0,91 mm). Laterais ventiladas removíveis em chapa de aço SAE 1020 (# 20, espessura 0,90 mm). Porta em chapa de aço SAE 1020, (#18, espessura 1,20 mm) com visor em PS (poliestireno) e fechadura com duas chaves. Possui duas réguas de plano para montagem reguláveis na profundidade sendo estas confeccionadas em chapa de aço SAE 1020, (#16, espessura 1,50 mm) com furações quadradas (padrão europeu) de 9,0 mm para porca gaiola. Quatro furos de diâmetro 5,00 mm permitem a fixação do mini rack à parede, deve acompanhar 4 parafusos sextavado e buchas 10. Na base (parte superior) uma abertura (oblonga) de 127x25 mm com pré-disposição para kit ventilação e entrada e saída de cabos. Na parte inferior também uma abertura para entrada e saída de cabos. Nas quinas do rack possui uma proteção de plástico para evitar amassados e arranhões no transporte. O produto é estampado, dobrado, soldado, eletrozincado e pintado em epóxi-pó PRETO. Dimensões externas: largura: 57cm; altura: 61cm; profundidade: 57cm. **Aplicação:** Produto é indicado para acomodação de equipamentos e acessórios leves como switches, modems, centrais telefônicas, etc. Sua finalidade é de centralizar, organizar e restringir o acesso a equipamentos instalados geralmente em um ambiente externo que não o departamento de TI da instituição.
38. **Item 56: Régua com 12 tomadas.** Para Rack 19" - Fabricação em Aço SAE 1020 chapa 1,2mm. -tomadas 2P+T NBR e um cabo de 3m de comprimento 1,5mm2-Entrada 110/220V com capacidade máxima 20 A.-Pintura epóxi-pó texturizada preta.



ANEXO III - QUANTITATIVOS  
Estimativa Global

ITEM	DENOMINAÇÃO	CATMAT	Órgão	QTDE.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL REFERÊNCIA (R\$)
1	Instalação e habilitação de pontos lógicos categoria 6	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	700	UN.	227,75	159.425,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	700	UN.	227,75	159.425,00
2	Certificação de pontos lógicos categoria 6	25470	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	1.050	UN.	42	44.100,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	1.050	UN.	42	44.100,00
3	instalação de Paineis Distribuidor (Patch Panel) de 24 portas com os conectores RJ-45 cat 6	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	35	UN.	897	31.395,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	35	UN.	897	31.395,00
4	Instalação de cabo óptico monomodo	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	10.000	UN.	26,8	268.000,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	10.000	UN.	26,8	268.000,00
5	Instalação de Distribuidores Interno Óptico (D.I.O.) em rack	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	25	UN.	426,62	10.665,50



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	25	UN.	426,62	10.665,50
6	Instalação de caixa de bloqueio óptico p/ 6 fibras	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	30	UN.	130,97	3.929,10
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	30	UN.	130,97	3.929,10
7	Instalação de Rack fechado de 12U de parede	1945	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	30	UN.	350	10.500,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	30	UN.	350	10.500,00
8	Emenda de cabo óptico por meio de Fusão	19690	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	200	UN.	138	27.600,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	200	UN.	138	27.600,00
9	Organização de Rack	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	50	UN.	331,99	16.599,50
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	50	UN.	331,99	16.599,50
10	Abertura/fechamento de caixa de bloqueio	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	20	UN.	117,48	2.349,60



			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	20	UN.	117,48	2.349,60
11	Abertura/fechamento de caixa de emenda	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	20	UN.	154,8	3.096,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	20	UN.	154,8	3.096,00
12	Abertura e fechamento de DIO	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	20	UN.	264,5	5.290,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	20	UN.	264,5	5.290,00
13	Testes/certificação óptica	25470	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	200	UN.	120,56	24.112,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	200	UN.	120,56	24.112,00
14	Reparo eventual em ponto lógico	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	350	UN.	350	122.500,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	350	UN.	350	122.500,00
15	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO PARA UNIDADES FORA DE MARABÁ: Xinguara.	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	10	UN.	10.125,00	101.250,00





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	10	UN.	10.125,00	101.250,00
16	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO PARA UNIDADES FORA DE MARABÁ: Santana do Araguaia.	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	10	UN.	10.125,00	101.250,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	10	UN.	10.125,00	101.250,00
17	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO PARA UNIDADES FORA DE MARABÁ: Rondon.	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	10	UN.	10.125,00	101.250,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	10	UN.	10.125,00	101.250,00
18	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO PARA UNIDADES FORA DE MARABÁ: São Félix do Xingu.	27570	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	10	UN.	10.125,00	101.250,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	10	UN.	10.125,00	101.250,00
19	Eletroduto PVC com diâmetro mínimo De 3/4" e com conduletes, buchas, arruelas, boxes e demais acessórios.	238814	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	200	UN.	52,5	10.500,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	200	UN.	52,5	10.500,00
20	Eletroduto PVC com diâmetro mínimo De 1" e com conduletes, buchas, arruelas, boxes e demais acessórios	239999	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	200	UN.	37	7.400,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	200	UN.	37	7.400,00
39	Distribuidor interno óptico (D.I.O.) com mínimo de 12 portas duplex (24 fibras)	125563	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	25	UN.	585	14.625,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	25	UN.	585	14.625,00
40	Eletroduto PVC com diâmetro mínimo de 2" e com condutores, buchas, arruelas, boxes e demais acessórios	242123	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	50	UN.	32,5	1.625,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	50	UN.	32,5	1.625,00
41	Eletroduto flexível do tipo espiral com diâmetro mínimo de 3/4"	334032	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	500	M	14,99	7.495,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	500	M	14,99	7.495,00
42	Eletrocalhas 50x50 e perfilados com tirantes, vergalhões, abraçadeiras, suspensões e demais acessórios	150449	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	600	UN.	130	78.000,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	600	UN.	130	78.000,00
43	Eletrocalhas 100x50 e perfilados com tirantes, vergalhões, abraçadeiras, suspensões e demais acessórios	343546	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	400	UN.	147,83	59.132,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	400	UN.	147,83	59.132,00
44	Cordão RJ-45/RJ-45 (patch cord ou line cord) comprimento de 1,5M cat 6 UTP	139343	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	1.050	UN.	37	38.850,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	1.050	UN.	37	38.850,00
45	Cordão RJ-45/RJ-45 (patch cord ou line cord) comprimento de 3M cat 6 UTP	139343	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	1.050	UN.	44,8	47.040,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	1.050	UN.	44,8	47.040,00
46	Cabo de Comunicação UTP cat 6 UTP	129763	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	47.000	M.	3,17	148.990,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	47.000	M.	3,17	148.990,00
47	Tomada de Comunicação RJ-45 fêmea Cat 6 U/UTP	35424	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	1.050	UN.	72,5	76.125,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	1.050	UN.	72,5	76.125,00
48	Suporte para Tomada de comunicação	139343	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	1.050	UN.	28,25	29.662,50



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	1.050	UN.	28,25	29.662,50
49	Cabo de comunicação em fibra óptica MONOMODO de fibras 9/125µm - 1310nm com 12 pares (24 fibras):	41521	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	7.000	M	11	77.000,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	7.000	M	11	77.000,00
50	Cabo de comunicação em fibra óptica MONOMODO de fibras 9/125µm - 1310nm com 06 pares (12 fibras):	41521	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	3.000	M	7	21.000,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	3.000	M	7	21.000,00
51	Abraçadeira de velcro dupla face 20mm x 3000mm	393276	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	60	UN.	36	2.160,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	60	UN.	36	2.160,00
52	Painel Distribuidor RI-45 (Patch Panel 24 portas CAT 6)	150159	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	35	UN.	879,25	30.773,75
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	35	UN.	879,25	30.773,75
53	Guia de cabo	402069	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	35	UN.	174,33	6.101,55



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	35	UN.	174,33	6.101,55
54	Caixa de bloqueio óptico para 6 fibras	139343	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	30	UN.	150	4.500,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	30	UN.	150	4.500,00
55	Rack de parede 12U (Unidade de Rack – U = 1,75”) com acessórios	125458	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	30	UN.	797,75	23.932,50
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	30	UN.	797,75	23.932,50
56	Régua com doze tomadas	407536	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	20	UN.	90	1.800,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	20	UN.	90	1.800,00
Total							3.642.548,00





ANEXO IV

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA  
(COM TIMBRE DA EMPRESA PROPONENTE)

À

Divisão de Compras e Serviços DICS/Unifesspa

Pregão Eletrônico nº 36/2018

Processo: Nº -23479.07611/2018-03

Prezado Sr.

**Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONECTIVIDADE PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE DE TELECOMUNICAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESSPA, pelos seguintes valores:**

- **VALOR GLOBAL: R\$ \_\_\_\_\_** (valor por extenso) (*considere aqui a somatória dos grupos e / ou itens que participou*)
  1. Declaramos que em nossos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive das despesas com fretes e materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral, encargos da Legislação Social Trabalhista, Previdenciária e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros ou dispêndios resultantes de tributos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como nosso lucro, conforme especificações constantes do Edital.
  2. Na execução dos serviços, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções da Fiscalização da Unifesspa, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, em conformidade com as especificações.
  3. Informamos que **o prazo de validade de nossa Proposta de Preços é de 60 (sessenta) dias** corridos, a contar da data de abertura da licitação.
  4. Por fim, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Atenciosamente,  
Local e Data.

(Razão Social / CNPJ)  
(Assinatura do Representante legal da Licitante)  
(Nome completo do Representante)  
(CPF do Representante)



ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA (TIMBRE DA EMPRESA)

À

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Pregão Eletrônico para SRP: 36/2018 – Pregoeiro XXXX  
Processo: N° 23479.007611/2018-03

Razão social da empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ [ Ramal: \_\_\_\_ ] | Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ | Celular: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_; Agência: \_\_\_\_\_; C/C: \_\_\_\_\_

Representante da empresa:

Nome: \_\_\_\_\_; Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_; Carteira  
de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida em \_\_\_\_\_, pelo Órgão Expedidor \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_,  
que desempenha a função de \_\_\_\_\_.

E-mail: \_\_\_\_\_

GRUPO X					
Item	Descrição Detalhada	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
X1					
X2					
VALOR TOTAL DA PROPOSTA					

VALIDADE DA PROPOSTA	60 dias
DECLARAMOS QUE NOS NOSSOS PREÇOS COTADOS ESTÃO INCLUÍDAS TODAS AS DESPESAS DIRETAS E INDIRETAS, FRETE, TRIBUTOS, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS, TRANSPORTE E SEGURO ATÉ O DESTINO, LUCRO E DEMAIS ENCARGOS DE QUALQUER NATUREZA NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO INTEGRAL DO OBJETO DESTES EDITAIS E SEUS ANEXOS, NADA MAIS SENDO VÁLIDO PLEITEAR A ESSE TÍTULO.	

Assinatura

**OBS: NÃO SERÁ ACEITA A DESCRIÇÃO “CONFORME O EDITAL”.**



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (AQUISIÇÃO DE BENS)

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa com sede na Folha 31 Quadra 07 Lote 100, Nova Marabá, CEP 68507-590, na cidade de Marabá-PA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 18.657.063/0001-80, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 20..., publicada no ..... de ..... de ..... de ..... inscrito(a) no CPF sob o nº ..... portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../20..., publicada no ..... de ...../...../20..., processo administrativo nº ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>						
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	<i>Prazo garantia ou validade</i>

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

- 5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
  - 5.4.1. *A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.*
- 5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:



- 5.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 5.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
  - 5.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
  - 5.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
  - 5.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
  - 5.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
  - 5.9.1. Por razão de interesse público; ou
  - 5.9.2. A pedido do fornecedor.

## **6. CONDIÇÕES GERAIS**

---

- 6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
  - 6.2.1. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto nº 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data  
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)



ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XX/20XX

(PROCESSO 23479.007611/2018-03)  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 36/2018

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO CONTÍNUOS

(Exs.: serviços esporádicos)

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ...../.....,  
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ -  
UNIFESSPA E A EMPRESA .....

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – Unifesspa**, Autarquia Federal de Ensino Superior vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, sediada no Campus Universitário, à Folha 31, Quadra 7, Lote Especial, s/n, Bairro Nova Marabá, CEP 68501-970, Cidade de Marabá, Estado do Pará, inscrita no CNPJ sob o nº 18.657.063/0001-80, neste ato representado(a) pelo(a) Magnífico Reitor, Prof. Dr. **MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO**, designado pelo Decreto de 15 de setembro de 2016, publicado no DOU, na pg. 1, Seção nº 2, em 16 de setembro de 2016, portador do CPF nº.185 819 432-68, e CI nº. 1523205, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no **PROCESSO Nº 23479.007611/2018-03** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da **e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017**, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO Nº 36/2018**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONECTIVIDADE PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE REDE DE TELECOMUNICAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESSPA**, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE	HORÁRIO/ PERÍODO	VALORES

**Nota explicativa:** A tabela acima é meramente ilustrativa, aplicável na hipótese em que a licitação tenha sido dividida em itens ou grupos, devendo compatibilizar-se com as especificações dos serviços estabelecidas no Termo de Referência e reproduzir o preço e demais condições ofertadas na proposta vencedora.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

**2.1.** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., **somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, parágrafo 1, da Lei n. 8.666, de 1993.**





### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

### 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital

### 6. CLÁUSULA SEXTA – INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE

6.1. O preço é fixo e irrevogável.

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá prestação de garantia para este contrato nos termos do Art. 56 da Lei nº 8.666/93.

### 8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8.2. O prazo de execução dos serviços será de ..... (indicar o período de tempo previsto para a conclusão dos serviços), com início ..... (indicar a data ou evento para o início dos serviços), na forma que segue:

8.3. O prazo de execução dos serviços será de ..... (indicar o período de tempo previsto para a conclusão dos serviços), com início ..... (indicar a data ou evento para o início dos serviços), e seguirá o seguinte cronograma:

8.3.1 . ..... (início e conclusão)

8.3.2 ..... (início e conclusão)

8.3.3 8.1.3. ....

**Nota explicativa 1:** Esta última redação é sugerida para a hipótese de haver cronograma físico-financeiro para a execução dos serviços.

**Nota Explicativa 2:** O prazo de execução não se confunde com o prazo de vigência do contrato. Esse corresponde ao prazo previsto para as partes cumprirem as prestações que lhes incumbem, enquanto aquele é o tempo determinado para que o contratado execute o seu objeto.

Deverá haver previsão contratual dos dois prazos: tanto o de vigência quanto o de execução, pois não se admite contrato com prazo indeterminado e o interesse público exige que haja previsão de fim tanto para a execução do objeto quanto para que a Administração cumpra a sua prestação na avença.

Sendo o prazo de execução o tempo que a contratada tem para executar o objeto, deve, necessariamente, estar abrangido no prazo de vigência. Assim, não poderá ser previsto para a execução termo inicial anterior ao termo



*de início da vigência contratual, nem tampouco prazo superior ao prazo de vigência estabelecido no edital e no contrato (registrando-se ser recomendável que o prazo de vigência englobe, além do prazo de execução, o tempo necessário para o cumprimento das demais obrigações contratuais, notadamente o recebimento do objeto e o pagamento pela Administração).*

*Diante da proximidade do termo final dos prazos de execução ou de vigência, caso a Administração pretenda estendê-los, é necessário formalizar a adequação desses prazos, que, se cabível, deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada, por meio de termo aditivo aprovado pela assessoria jurídica e pela autoridade competente para celebrar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades decorrentes de eventual atraso – Fundamento: Parecer n. 133/2011/DECOR/CGU/AGU.*

## 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3. Indenizações e multas.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

- 12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

**13.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN n. 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Justiça Federal da 1ª Região, Subseção Judiciária de Marabá, Estado do Pará, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Marabá,                      de                      de 2018.

\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Maurílio de Abreu Monteiro**

Reitor da Unifesspa  
P/ CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
P/ CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
RG:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
RG:  
CPF: